



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 30 DE ABRIL DE 2014

ATA N.º 2/2014

Aos trinta dias do mês de abril, do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Rui Fernando Dinis Borges de Meneses; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros Eduíno Manuel da Ponte Rego, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro e César Augusto Medeiros Pacheco, que justificaram as suas ausências.

Em representação da Câmara Municipal, participaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos Vereadores: Cristina de Fátima da Silva Calisto Decq Mota, Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares; Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por saudar todos os presentes, designadamente, os Senhores Deputados Municipais, Vereadores da Câmara Municipal e o público presente.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata a todos os deputados municipais fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade.

Posteriormente, foi votada a ata da primeira sessão ordinária, respeitante ao dia 7 de fevereiro de 2014, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No momento seguinte, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida, no período de 7 de fevereiro a 30 de abril de 2014.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Senhora Presidente questionou os membros presentes se desejavam intervir, antes do período da ordem do dia.

Assim, usou da palavra o Deputado Municipal, Rui Meneses, que, neste período de antes da ordem do dia, deixou registado uma observação e um protesto.

A primeira situação, prendeu-se com as cerimónias do 2.º aniversário da cidade da Lagoa, em que a maioria dos Deputados Municipais do Partido Social-Democrata não recebeu o convite, devido a alegadas anomalias no envio dos e-mails, quando os mesmos recebiam para o mesmo e-mail quer as atas das sessões daquela Assembleia Municipal, quer outras informações. Referiu que na véspera das comemorações foram contactados por um funcionário da Autarquia a solicitar a confirmação da receção do e-mail, dado que havia ocorrido a devolução de alguns convites. Mencionou que se tratava de uma situação bastante desagradável, já que a oposição não se tinha feito representar na cerimónia. Deste modo, estava convicto que não tinha sido uma situação intencional, mas, no seu entender, tinha sido um erro muito grave, já que se tratava de um acontecimento, particularmente, importante para o concelho.

Referiu, ainda, que depois do sucedido, já tinha tido a oportunidade de receber convites para lançamento de livros e que, apenas, para as comemorações do Feriado Municipal o e-mail não tinha funcionado. Alertou que tais situações teriam de ter uma maior atenção para que não houvesse falhas.

Acrescentou, também, que colaborou, sempre que possível, com a Autarquia, pelo que não era correto receber convites, há última hora, podendo já ter outros compromissos assumidos.

A Deputada Municipal, Sónia Câmara, informou que, também, não tinha recebido o e-mail com o referido convite.

Continuando no uso da palavra, o Deputado Municipal, Rui Meneses, informou que a segunda situação referia-se ao pagamento da remuneração complementar. Assim, sublinhou que o Partido Social-Democrata nunca tinha abordado aquele assunto, porque sempre acreditara que aquela questão seria ultrapassada. Assim, só tinham tomado a plena consciência da decisão na cerimónia de homenagem ao Senhor Presidente da Câmara Municipal promovida pela Junta de

Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, onde o mesmo tinha afirmado, de forma persistente, acerca daquela decisão. Acrescentou que os deputados do Partido Social Democrata entendiam que era possível pagar a remuneração complementar, enfatizando, por isso, que dos dezanove municípios da Região Autónoma dos Açores, a Câmara Municipal da Lagoa era a única que não pagava a remuneração complementar aos seus funcionários. Mencionou que tinha tido conhecimento que o Senhor Presidente, antes das eleições autárquicas, tinha homenageado os funcionários, e que, naquele momento, tinha a oportunidade de o fazer e não o fazia. Sublinhou que, se houvesse boa vontade, a situação podia ficar solucionada. Ressalvou que, caso o Senhor Presidente da Câmara alterasse a sua decisão, não queria protagonismos para o Partido Social-Democrata.

Posteriormente, mencionou que tinha tido conhecimento, através dos órgãos de comunicação social, que a verba arrecadada com o não pagamento da remuneração complementar seria para o pagamento dos vencimentos dos funcionários oriundos da Empresa Municipal. Referiu, ainda, que estavam em causa 140.000,00€, por isso, não acreditava que, num orçamento de milhões de euros, o Senhor Presidente não conseguisse arranjar aquele valor. Destacou o facto de que tinha verificado as taxas de execução relativas ao ano anterior e que se constatava a sobra de dinheiro.

Seguidamente, mencionou que pelo facto do Senhor Presidente ter afirmado que não pagaria a remuneração complementar seria a razão explicativa para não retroceder, naquele momento, na sua decisão. Assim, referiu que gostaria que saíssem todos daquela sessão, com o compromisso que a Autarquia Lagoense iria pagar a remuneração complementar, pois achava que tal situação era uma discriminação negativa para os trabalhadores do Município.

Mencionou, depois, que poderia ser feita uma alteração/revisão orçamental para contemplar aquela verba, à semelhança da que iria ser aprovada naquela sessão, a fim de incluir o aumento de 5% para as Juntas de Freguesias, na sequência do acordo efetuado, aquando da aprovação do orçamento para o corrente ano.

No momento seguinte, referiu que não queria e nem podia afirmar onde se poderia cortar na despesa para arrecadar aquela verba, pois não era aquela a sua competência, mas que estaria disponível para colaborar.

Para terminar informou ainda que, caso não fosse considerada a proposta de pagamento da remuneração complementar, o Partido Social-Democrata iria apresentar um voto de protesto.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que desconhecia o facto dos membros do Partido Social-Democrata não terem recebido o e-mail com o convite para o 2.º aniversário da cidade da Lagoa, esclarecendo que os serviços camarários procediam ao envio dos convites por e-mail e que era normal que, por vezes, ocorresse algum erro, referindo que, há já alguns anos, se

deixara de elaborar convites em papel. Lamentou o sucedido e assumiu a responsabilidade pelo acontecido, informando que iria averiguar o que tinha sucedido.

De seguida, mencionou que, em relação ao pagamento da remuneração complementar, julgava existir alguma confusão, quanto ao motivo da decisão tomada, provavelmente devido a uma má interpretação das notícias, que tinham sido tornadas públicas sobre aquela matéria. Esclareceu que a medida tomada nada tinha a ver com o pagamento dos funcionários oriundos da Empresa Municipal, mas sim com o investimento em projetos de empregabilidade, que, em sua opinião, do ponto de vista social, tinham muito mais impacto do que pagar a remuneração complementar.

Sublinhou, também, que as taxas de desemprego na Região eram elevadíssimas e o concelho da Lagoa não era diferente da média regional. Aqueles projetos custariam ao Município 140.000,00€, sendo que a remuneração complementar teria um custo de 208.000,00€. Explicou que com os 208.000,00€ da remuneração complementar ter-se-ia um impacto na economia das famílias e na economia local à volta de 160.000,00€, enquanto com a alternativa encontrada existia um impacto de 1,4M€.

Posteriormente, acrescentou que tinha sido não só uma decisão muito ponderada, mas também muito difícil, pois o que estava em causa era a sustentabilidade de muitas famílias do concelho. Destacou o facto de existir muitas famílias que não possuíam rendimentos suficientes para pagar o essencial do dia-a-dia. Aquelas eram situações reais e a prova era que a Vice-Presidente, nos dias de atendimento, tinha recebido inúmeros munícipes com graves problemas económicos. Assim, julgava que 50€ faziam falta a quem os recebia, mas a quem nada tinha, fazia, ainda, muito mais falta, não se tratando de uma questão política, mas sim de uma questão de consciência social, pelo que informou que não iria recuar na decisão, pois tinha sido uma decisão ponderada, que, no seu entender, era a mais correta. A alternativa passaria por aumentar os impostos, nomeadamente o custo do fornecimento da água, ou do IMI.

No momento seguinte, informou que, no período de 2008 a 2013, o Município tinha perdido de receita cinco milhões de euros e que, tal situação, não tinha sido por incompetência do executivo, sendo do conhecimento público que as transferências do Orçamento de Estado tinham baixado e que, só nos últimos quatro anos, tinham perdido 1,7M€ e com a receita do IMI só tinham arrecadado mais 160.000,00€, porque foi deliberado aplicar a taxa mais baixa, se tivessem deliberado aplicar a taxa máxima, o Município tinha arrecadado muito mais receita.

Seguidamente, referiu, com alguma indignação, o facto de haver Câmaras Municipais que estavam com a intervenção do Estado e tinham disponíveis 200.00,00€, para assumir a remuneração complementar. No seu entender, tratava-se de uma irresponsabilidade política, tendo a plena consciência de que a Lagoa era o único Município da Região Autónoma dos Açores que não pagava a remuneração complementar aos seus funcionários, mas, acrescentou que as

situações tinham de ser ponderadas, pelo que não estava disponível para aprovar a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

De seguida, referiu que vivíamos tempos difíceis, pois existiam muitos empreiteiros que após a conclusão da obra questionavam logo sobre o pagamento dos serviços executados. Sublinhou, ainda, que infelizmente os tempos tinham mudado e teríamos todos de saber lidar com a situação do momento.

Destacou a estima que tinha pelos funcionários da Autarquia, mas que, acima de tudo, estava a consciência social, pois não podia admitir que houvesse pessoas a passar fome no concelho, terra que o tinha visto nascer e crescer.

Informou, ainda, de que, para ultrapassar a decisão tomada, existia um plano B, com menos custos para o Município, no qual os funcionários não ficariam a perder na totalidade e que já tinha dado conhecimento aos coordenadores dos serviços. No entanto, os Sindicatos intervieram no processo e a situação tinha-se complicado.

Em sua opinião, a decisão que tinha sido tomada era a melhor para o concelho, pois na proposta do orçamento tinha havido uma série de cortes, que obrigaram a reduzir a despesa. Assim, não existiam condições objetivas para assumir o pagamento da remuneração complementar. Acrescentou que num universo de cento e quarenta trabalhadores, apenas estariam em situação mais complexa, cerca de cinquenta trabalhadores, que tinham os seus vencimentos mais reduzidos. Daquele mesmo universo, trinta trabalhadores auferiam horas extraordinárias e nos vencimentos mais altos o valor daquela remuneração complementar era insignificante. Assim, tinha sido uma decisão tomada para aquele ano e que para o próximo ano seria, novamente, estudada, com base na envolvente económica da altura.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, questionou acerca do plano B da Autarquia, ou seja, que medidas seriam tomadas, de forma a colmatar a não atribuição da remuneração complementar e qual seria o seu impacto junto dos trabalhadores.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, informou de que, antes de ler o voto de protesto, tinha algumas considerações a efetuar aos comentários proferidos pelo Senhor Presidente. Deste modo, em primeiro lugar, destacou que tinha tomado conhecimento na comunicação social que a Câmara Municipal iria gastar 140.000,00€, na transição dos funcionários da Empresa Municipal. De qualquer forma, fossem 140.000,00€ ou 208.000,00€ não lhe retiraria a intenção do voto de protesto.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, informando de que a Câmara Municipal tinha de fazer uma opção, pois se assumisse a remuneração complementar não seria possível investir no plano

da empregabilidade, sendo, assim, mais duzentas pessoas sem dinheiro para sobreviver com dignidade.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, questionou se não havia, rigorosamente, nenhuma obra constante do plano de atividades, onde fosse possível obter os 208.000,00€, necessários ao pagamento da remuneração complementar e solicitou, também, que lhe fosse explicado aquele efeito multiplicador de 1,4M€.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se tratava de receita consignada, referindo, a título exemplificativo, que, tratando-se de receita proveniente do programa PRORURAL só poderia ser utilizada no referido projeto, acrescentando que não podia afetar despesa de capital em despesa corrente.

As contas do ano de 2013, apresentadas naquela sessão, a ser aprovadas, ficariam com um saldo negativo, ou seja, não havia receita suficiente para cobrir a despesa. No entanto, não podia deixar de referir que a Autarquia tinha cumprido com a orientação da Lei dos Compromissos, ou seja, a de não aumentar o valor da dívida em atraso, pois caso aquela orientação não fosse cumprida estaria sujeita à aplicação de penalizações. Esclareceu que a situação era generalizada e que não era só a Autarquia Lagoense que se deparava com a mesma, existindo, ainda, a situação de défice orçamental, cuja alternativa, para colmatar a situação, seria aumentar naquele défice, mas, face ao impedimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, não seria possível.

Relativamente ao efeito multiplicador, explicou que a comparticipação dos Municípios nos programas do Governo Regional correspondia a uma despesa de 140.000,00€, mas que o impacto para as famílias era de 1,4M€, exemplificando que um projeto “Recuperar” para a autarquia tinha um custo de 100€, mas para o Governo Regional tinha um custo de cinco vezes mais, ou seja, de 500€ e igual situação se processava nos restantes projetos.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, informou de que, dos dezanove concelhos da Região Autónoma dos Açores, apenas a autarquia Lagoense não pagava, quando o pagamento da remuneração complementar fora aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Regional. No entanto, deixou registado que, em sua opinião, a mesma nunca deveria ter sido aprovada, mas já que tinha sido, deveria ser para todos os açorianos, sobretudo naquele caso, em que os trabalhadores da Autarquia Lagoense eram os únicos que não recebiam a mesma remuneração.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o orçamento para o corrente ano tinha sido um orçamento “base zero” e o mais rigoroso de todos os tempos. Realçou que no ano anterior a

Autarquia tinha transitado com uma dívida de 800.000,00€ e que, naquele ano, não sabia qual seria o seu valor, fazendo votos para que fosse melhor.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, referiu que, em nome do Partido Social-Democrata, estava disponível para colaborar com a Câmara Municipal, na tentativa de arranjar alguma obra, onde, eventualmente, se pudesse arrecadar aquela verba.

O Senhor Presidente da Câmara alertou para o facto de o Deputado Municipal, Rui Meneses, conhecer o orçamento e plano de atividades para o corrente ano, pois deveria ter consciência que não existia condições para pagar a referida remuneração complementar. De qualquer forma agradeceu a disponibilidade manifestada, explicando que se a solução fosse aquela, certamente, seria o primeiro a avançar com a mesma. Assim, entendia que, antes de se pensar em fazer política, ter-se-ia de resolver os problemas dos munícipes.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, informou de que tinha conhecimento que o plano B passaria pelo pagamento de senhas de refeição aos funcionários, assim esperava que não correspondesse à verdade, pois aquelas senhas de presença teriam de ser pagas na mesma. Acrescentou que já tinha percebido que aquela era uma opção, esperando não ser nenhuma “guerrilha” entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente do Governo Regional, tendo consciência que o Senhor Presidente da Câmara tinha hipótese de o fazer. Acrescentou que sempre se fizeram alterações e revisões orçamentais, para colmatar situações daquela natureza.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, explicando que noutros tempos era possível, mas dada à atual conjuntura económica do país, não era possível. Naquele momento, pagar a remuneração complementar, com todas as restrições conhecidas, com a perda de receita e com o controlo das fiscalizações seria complicado.

Posteriormente, referiu que as Autarquias dos Açores não tinham tutela da Administração Regional, apenas ao nível da fiscalização inspetiva e ao nível das transferências dos contratos ARAAL. Assim, tinha sérias dúvidas se a Assembleia Regional podia decidir sobre matérias relacionadas com o pagamento de remunerações, sendo a Assembleia da República quem legislava sobre os vencimentos dos funcionários e eleitos locais. Não lhe surpreendia que um dia o Tribunal de Contas, aquando de fiscalização a alguma daquelas autarquias, viesse a encontrar muitas ilegalidades.

A seguir, realçou que poderiam, eventualmente, afirmar que, aquando da sua posse naquela Autarquia, tinha mantido o pagamento da remuneração complementar anterior, esclarecendo

que no ano de 2001, a mesma tinha sido aplicada pelo anterior autarca, tendo sido um processo automático, com base em anteriores orientações.

Para terminar, mencionou que o Tribunal Constitucional tinha-se pronunciado em relação às competências da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para decidir a remuneração complementar aplicada aos funcionários da Administração Regional, e não da Administração Local.

No momento seguinte, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a ler o voto de protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, o qual abaixo se transcreve:

“Como é do conhecimento público, foi instituído na Região, e reconhecido pelo Tribunal Constitucional, o direito dos trabalhadores da administração pública local auferirem, em igualdade de circunstâncias com os trabalhadores da administração pública regional, a remuneração complementar.

Esta remuneração, tal como decorreu da sua aprovação por unanimidade no parlamento regional, é um direito atribuído aos trabalhadores, destina-se a compensar a quebra de rendimentos dos trabalhadores e o seu pagamento deve constituir um dever das administrações públicas.

O não pagamento da remuneração complementar aos trabalhadores da Câmara Municipal da Lagoa constitui a quebra de um dever para com esses trabalhadores.

Além disso, a decisão da autarquia traduz-se, igualmente, numa penalizadora discriminação dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lagoa em relação aos restantes trabalhadores de todas as outras autarquias regionais, onde a remuneração complementar é paga.

Acresce que ao não pagar a remuneração complementar a Câmara Municipal da Lagoa está a aplicar aos seus trabalhadores as medidas de austeridade que o partido que suporta o executivo municipal considera, noutros palcos, desnecessárias e injustas.

Nesse sentido, vem o PSD/Açores propor o seguinte voto de protesta:

A Assembleia Municipal de Lagoa protesta contra a decisão de não pagar a remuneração complementar aos trabalhadores da autarquia.”

Posteriormente, o Deputado Municipal, Frederico Sousa, informou de que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não podia votar a favor do voto de protesto apresentado, quando aquela iniciativa tinha sido uma medida de austeridade, imposta pelo Governo da República.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, questionou se algum dos membros da Assembleia Municipal era funcionário da Câmara, para que pudesse dar o seu contributo naquela matéria.

A Deputada Municipal, Catarina Machado, interveio, informando de que tinha transitado da Empresa Municipal, empresa público-privada e, como tal, nunca tinha recebido remuneração complementar. Acrescentou que não era contra os colegas da Câmara Municipal, pois acreditava que lhes fizesse falta. No entanto, encontrava-se a prestar serviço no Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal e, apesar de compreender que lhe fazia falta, confrontava-se, diariamente, com inúmeras famílias, que agradeciam o facto de ter pão na mesa para comer, deixando o assunto de ter tanta importância, no seu entender.

Sublinhou, ainda, que recebia, todos os dias, famílias com graves necessidades económicas e que em cinco anos de serviço, naquela área, nunca se tinha deparado com situações de quase desespero. Salientou que não se estava a referir a famílias que recebiam o rendimento social de inserção, mas a famílias que, de um momento para o outro, sem qualquer período de transição, viram o seu rendimento reduzido. Afirmou que não só era difícil para si, perder a remuneração complementar, como, também, assistir a situações de famílias com graves necessidades.

Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto de protesto, apresentado pela Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata, tendo da votação resultado, 6 (seis) votos a favor dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Paulo Reis, Jorge França e Sónia Câmara, 1 (uma) abstenção da Deputada Municipal Catarina Machado e 16 (dezassex) votos contra da Deputada Municipal Adriana Rebelo e de todos os Deputados Municipais do Partido Socialista, pelo que, não foi aprovado o referido voto de protesto.

VOTO DE PESAR:

De seguida a Deputada Municipal, Mónica Domingues, apresentou o seguinte voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alfredo Furtado, o qual abaixo se transcreve:

“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de apresentar uma proposta de voto de pesar na sequência da notícia da morte, no passado dia 19 de abril, do mais antigo comerciante lagoense, o Senhor Alfredo Furtado.

Desde 1953 que o Senhor Alfredo Furtado mantinha a sua atividade comercial na rua 25 de abril na loja com a designação de “Novo Mundo” mais conhecida como a loja do Senhor Alfredo Ponta Garça. Os seus clientes e amigos estimavam-no e apreciavam a sua confiança, consideração e amizade”.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, interveio, informando de que gostaria de se associar ao referido voto de pesar, pois o Senhor Alfredo Furtado era, sobejamente, conhecido. Para além de todo o carinho que nutria por ele, também era militante do Partido Social Democrata, por

sinal o mais antigo. Destacou o facto de ter sido um ilustre militante do partido e que tinha sido com grande pena, que presenciou o excluir do seu nome da lista de militantes do partido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que, obviamente, a Câmara Municipal não se podia associar ao voto de pesar apresentado, mas, em seu nome, gostaria de deixar registado um voto de consideração e saudade pelo Senhor Alfredo Furtado. Apesar de ser um militante convicto e defensor do Partido Social-Democrata, sentia, da sua parte, algum carinho e consideração, que, obviamente, era recíproco. Foi resistente, enquanto empresário, uma pessoa afável e com grande coração e, como tal, não tinha conhecimento de alguém que não gostasse dele.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alfredo Furtado.

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava a terminar o mês de abril, marcado pela comemoração do 40.º aniversário da revolução de abril, pelo 2.º aniversário da cidade de Lagoa e pelo 492.º aniversário do concelho. Acrescentou que estavam em vésperas do Dia Internacional do Trabalhador e que aquele ano tinha sido marcado por algumas das conquistas até então conseguidas pelos trabalhadores portugueses, estando algumas delas, sendo postas em causa.

Assim, passou a apresentar um voto de congratulação pelo 2.º aniversário da cidade de Lagoa e 492.º aniversário do concelho e dois votos de saudação, um pelo 40.º aniversário da revolução de abril e o outro pelo 1.º de maio – Dia Internacional do Trabalhador -, que abaixo se transcrevem:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO – 2.º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE LAGOA E 492.º ANIVERSÁRIO DO CONCELHO:

A Lagoa celebrou, no passado dia 11 de abril, o seu 2º aniversário de elevação a cidade e o 492.º aniversário do concelho, com um programa diversificado de atividades de âmbito cultural, do qual se destacou a sessão comemorativa do aniversário, pretendendo-se não só relembrar e enfatizar o esforço, a dedicação, o trabalho e o empenhamento de todos aqueles que contribuíram para a metamorfose da Lagoa, mas também refletir sobre o seu passado, presente e futuro.

Com esta efeméride, a autarquia pretendeu evidenciar uma nova identidade lagoense, caracterizada pelo progresso crescente que o concelho de Lagoa usufruiu, nas últimas décadas, a favor da melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Deste modo, festejar o aniversário da cidade de Lagoa é também homenagear todos os autarcas, instituições e associações, os quais contribuíram, decisivamente, para que a Lagoa fosse um concelho melhor e onde todos se sintam bem. É, ainda, realçar a sua história, na qual todos os Lagoenses tiveram um papel fundamental.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis, proponho que:

A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de congratulação pela celebração do 2.º aniversário da cidade de Lagoa e do 492.º aniversário do concelho.

VOTO DE SAUDAÇÃO – 1.º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR:

No dia 1 de maio de 1886, há 124 anos, em Chicago centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica, fazendo uma greve geral para reivindicarem o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais.

Deste modo, os reflexos internacionais deste facto histórico determinaram o 1.º de maio como o Dia Internacional do Trabalhador e, desde então, o movimento operário e sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel crucial nas conquistas das condições e direitos laborais.

Atualmente, vivemos numa altura de grandes e sérias dificuldades económicas e sociais, que se traduzem no aumento do empobrecimento, na redução de salários e de pensões, na redução de trabalhadores, no aumento do custo de vida, no aumento do desemprego e da precariedade e na fragilização das relações de trabalho, pondo em causa os direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Deste modo, festejar o 1.º de Maio, este ano, será não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas também a de todos os trabalhadores em geral e, essencialmente, a dos trabalhadores portugueses e a das suas organizações Sindicais.

Em Portugal, festejar o 1.º de Maio, será reafirmar a luta e as conquistas conseguidas pelos trabalhadores portugueses e será lutar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego, pelo emprego com qualidade, pela valorização do trabalho, pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social e fiscal, pela paz e solidariedade.

Festejar o 1.º de Maio será, assim, lutar pelo desenvolvimento económico, pelo progresso social e por uma sociedade mais justa e fraterna.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis proponho à Assembleia Municipal de Lagoa que delibere:

- Saudar o 1.º de Maio, em defesa do direito ao trabalho e de condições de vida com dignidade;
- Saudar todos os trabalhadores portugueses, especialmente os trabalhadores lagoenses e as suas organizações sindicais, na passagem de mais um 1.º de Maio;

- Saudar os milhões de trabalhadores que por todo o mundo, especialmente em países onde não são reconhecidos os seus mais elementares direitos, continuam, com persistência, esforço e determinação, a lutar pela liberdade, pela democracia, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

VOTO DE SAUDAÇÃO – 40.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL:

Comemorou-se, recentemente, o 40.º aniversário do 25 de Abril de 1974, a Revolução dos Cravos, que originou o período de maior justiça social, progresso e desenvolvimento da história de Portugal. Conduziu-nos à esperança, à liberdade, à democracia, ao fim da guerra colonial e pôs fim ao regime fascista cujo caminho foi o isolamento e o obscurantismo.

O 25 de abril trouxe-nos a Constituição da República Portuguesa e os direitos nela consagrados, como o acesso universal à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, à justiça, à habitação, ao poder local democrático, ao ambiente, entre outros, que garantiram uma melhoria significativa na vida das pessoas.

Nesta data, de grande relevo histórico para os portugueses, alterou-se profundamente o paradigma da nossa sociedade, sobretudo, ao nível do poder local democrático, que através dos autarcas, que com as suas conquistas, tudo têm feito para levar junto das pessoas, a qualidade de vida tão merecida, essencialmente, dos mais pobres e desprotegidos.

Contudo, lamentavelmente, hoje, atravessamos uma crise de profundas implicações sociais e económicas e inúmeros ataques se levantam contra o 25 de Abril, contra os direitos e a esperança numa vida melhor. É, por isso, urgente lutar contra a austeridade, a precariedade e o desemprego, que aniquilam o nosso país.

É certo que as conquistas de abril conferiram autonomia ao poder local democrático que se encontra ameaçado, com severas limitações para continuar a responder aos anseios das populações, por isso, saudar abril significa que nós, enquanto cidadãos e autarcas, continuaremos a lutar pela restituição dos serviços suprimidos e em vias de serem retirados às populações e continuaremos a pugnar pela sua manutenção, designadamente ao nível da saúde, da educação, das finanças, da segurança, do trabalho e outros que desrespeitem as populações do nosso território concelhio.

Acreditamos que será possível termos um concelho mais solidário, democrático e desenvolvido se nos deixarem continuar a defender os valores humanistas e progressistas do 25 de Abril.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis proponho à Assembleia Municipal de Lagoa que delibere:

- Saudar o 40.º Aniversário da Revolução de abril e os avanços sociais, económicos e políticos que foram alcançados;

- Saudar os que lutaram contra a ditadura fascista, pela liberdade, por uma sociedade mais justa;
- Saudar os valores e princípios consignados na Constituição da República Portuguesa;
- Saudar a Democracia Local e a luta das populações em defesa dos Municípios e das freguesias.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os votos apresentados, tendo sido deliberado, por unanimidade:

- 1.º** Aprovar o voto de congratulação pelo 2.º aniversário da cidade de Lagoa e 492.º aniversário do concelho;
- 2.º** Aprovar o voto de saudação do 1.º de maio – Dia Internacional do Trabalhador;
- 3.º** Aprovar o voto de saudação pelo 40.º aniversário da Revolução de abril;
- 4.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou todos os deputados municipais da atividade Camarária, de acordo com os documentos que lhes tinham sido, previamente, disponibilizados.

Sobre o documento apresentado, o Deputado Municipal, Frederico Sousa, referiu que relativamente à atividade camarária do 1º trimestre daquele ano, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de tecer algumas considerações. Assim, era com grande satisfação que a bancada socialista verificava um reforço, por parte daquele executivo, às questões sociais do concelho, entre as quais se destacavam; disponibilização do Fundo de Emergência Social para refeições escolares; a atenção e apoio despendidos às atividades da Santa Casa da Misericórdia de Santo António; a concretização de protocolos com diversas instituições, que se dedicam ao apoio social e atividades das crianças, jovens e idosos do concelho; a realização do *workshop* intitulado “segurança da pessoa idosa em espaços domésticos”; a aposta na empregabilidade e inserção profissional de trabalhadores; a aposta em projetos associados à área da saúde.

Acrescentou que, também, tinham verificado, com agrado, a atenção despendida pelo executivo às condições habitacionais das famílias Lagoenses quer pela promoção de ações de sensibilização destinadas aos residentes das urbanizações municipais, quer pela realização de obras de beneficiação e reabilitação de habitações degradadas e, claro, pela intenção de cedência de lotes para autoconstrução.

De seguida, mencionou que era importante salientar a forte aposta na atividade cultural, recreativa, turística e desportiva que aquele executivo tinha levado a cabo.

Antes de terminar, assinalou com, muito agrado, a decisão do Governo Regional dos Açores em avançar com a obra de remoção das coberturas com amianto, nomeadamente da Escola Básica Integrada de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE 2013:

Foi presente à Assembleia Municipal pela Câmara Municipal os Documentos de Prestação de Contas de 2013, dos quais consta que a receita arrecadada durante o ano foi de € 9.441.816,49 (nove milhões quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e dezasseis euros e quarenta e nove cêntimos) e de € 531.090,79 (quinhentos e trinta e um mil noventa euros e setenta e nove cêntimos) esta referente a Operações de Tesouraria, que com o saldo do ano anterior no montante de € 200.648,17 (duzentos mil seiscentos e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos), incluindo Operações de Tesouraria, perfaz a totalidade de € 10.173.555,45 (dez milhões cento e setenta e três mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos).

A despesa efetuada durante o mesmo período foi no montante de € 9.422.699,88 (nove milhões quatrocentos e vinte e dois mil seiscentos e noventa e nove euros e oitenta e oito cêntimos) e de Operações de Tesouraria de € 541.669,09 (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e nove euros e nove cêntimos), do que resulta um saldo positivo no valor de € 209.186,48 (duzentos e nove mil cento e oitenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos), também inclui Operações de Tesouraria.

Os documentos de prestação de contas, encontrando-se integralmente elaborados, conforme dispõe a Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção de 18 de agosto do Tribunal de Contas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu que gostaria de prestar alguns esclarecimentos, para memória futura, em relação aos documentos de prestação de contas do Município, relativamente ao ano económico de 2013. Considerava que, apesar das condições económicas desfavoráveis, o desempenho tinha sido bastante positivo.

Posteriormente, mencionou que a Autarquia tinha alcançado, em 2013, um saldo positivo de 1,8M€, em termos de meios libertos líquidos de atividade corrente (receita corrente menos a despesa corrente). Aquele resultado permitiu reduzir o passivo, pagar a fornecedores e

empregueiros e garantir o cofinanciamento para novos investimentos, essenciais, ao desenvolvimento do concelho. Apesar da redução da receita corrente global arrecadada que se tinha vindo a verificar e por força da forte contenção da despesa, a Câmara Municipal de Lagoa, em 2013, tinha conseguido reduzir as suas dívidas a fornecedores em 16,1%, com impacto na redução do PMP em 17%, sendo no final de 2013, de 88 dias.

De seguida, referiu que a dívida de médio e longo prazo à banca tinha sido, ainda, reduzida em 9,4%. O valor daquela dívida era em 31 de dezembro, de 7,1M€, sendo, naquele momento, de 6,9M€. Salientou que o empréstimo mais antigo que a Autarquia se encontrava a liquidar tinha sido contraído em 1997. O património tinha crescido em mais de 1,6M€ comparativamente a 2012. Naquele momento, o ativo total do Município sem contar com o Setor Empresarial Local ascende a 63M€.

No momento seguinte, sublinhou que a redução da despesa tinha sido a solução possível para se atingir aqueles objetivos, uma vez que a autarquia tinha tido uma redução, mais uma vez, das suas receitas, em quase 2M€ relativamente a 2012. Destacou o enorme esforço de toda a estrutura de pessoal, o rigor e a coordenação do executivo, na redução das despesas em 6,2%. Salientou, ainda, que se tinha de ter em conta o facto de que já, em 2012 e 2011 se tinham registado reduções de 5,7% e 10,4%, respetivamente, o que queria dizer que em três anos o Município reduziu a sua despesa corrente em mais de 23%, o que era de facto um feito notável, tanto mais que, na parte considerável daquela despesa, muito rígida, como é o caso da despesa com pessoal.

Sublinhou, o facto da profunda crise que o país atravessava ter originado uma redução, bastante considerável, nas receitas correntes. Entre 2008 e 2013, o Município tinha perdido cerca de 5M€ em receita expetável, em taxas e impostos, condicionando, em muito, a atividade municipal, pois estavam em causa verbas, que representavam quase 25% das receitas correntes próprias. Assim, por aquela razão, o ritmo de investimento adotado pelo Município devia ser, novamente, reduzido, daí que a taxa de execução do PPI tivesse sido de 63%. Contudo, não deixaram de executar projetos, essenciais, para a manutenção do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes.

Acrescentou que por força do cumprimento daqueles objetivos, o Município tinha obtido, em 2013, a melhor taxa de execução orçamental dos últimos treze anos, com uma taxa de 83,2% no orçamento da receita e de 82,5% na despesa.

Assim, realçou o saneamento básico da freguesia de Água de Pau e a requalificação da Baixa D'Areia, informando, também, de que já havia confirmação que a praia da Baixa D'Areia, na zona da Caloura, iria ostentar a bandeira azul, no próximo verão. O atingir daquele objetivo era quase como ganhar um troféu, pois tinha muito orgulho naquela conquista. Atreveu-se mesmo a dizer que aquele momento devia ser um dia muito triste e frustrante para todos aqueles que,

aos mais diferentes níveis, criticaram e duvidaram da capacidade da Autarquia em requalificar aquela zona, que, naquele momento, tinha sido coroada, com a atribuição da bandeira azul.

Seguidamente, evidenciou o facto de ter sido válido o esforço e que, apesar das dificuldades, tinha conseguido levar adiante aquele grande projeto. Informou de que há alguns anos atrás, aquela zona parecia um país do 3.º mundo, com esgotos a céu aberto, mas felizmente já estava solucionado. Tratava-se de uma praia que se situava a poucos metros da melhor unidade turística da ilha o “Caloura Hotel”, pelo que era de extrema importância a requalificação da zona.

Posteriormente, mencionou que, embora aqueles indicadores muito positivos e, em virtude de grande parte das receitas dos Municípios advirem das transferências do Estado, dos impostos e taxas associadas ao urbanismo, com a redução significativa daqueles valores verificada nos últimos cinco anos e, ainda, com o fim do IMT, a breve prazo, era urgente repensar e definir um novo modelo de financiamento das Autarquias Locais.

Finalmente, referiu que, se nada for feito e a manter-se esta tendência nos próximos anos, dentro de uma década, muitas autarquias estariam à beira da falência técnica e poderiam estar em causa muitos dos serviços prestados à população.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, informou de que, no que dizia respeito às contas do Município relativas ao ano de 2013, a bancada do Partido Socialista, destacava o esforço na contenção das despesas e o controlo de receitas.

De seguida, referiu que tinha havido uma notória aposta nos Programas Ocupacionais para a realização de obras, permitindo reduzir os custos com contratações externas e contribuir diretamente para a empregabilidade local. No entanto, alertaram para a necessidade de uma monitorização constante do equilíbrio entre os efeitos daquelas medidas e a sustentabilidade das empresas locais, nomeadamente no setor da construção civil.

Assim, tal como o Plano e Orçamento aprovado para 2014, o Relatório e Contas de 2013 tinha provado que com as apostas no investimento, em áreas essenciais para o desenvolvimento do concelho e seus habitantes, era possível garantir a sustentabilidade das contas do Município, com planeamento e rigor

Finalmente, referiu a redução de dívidas a terceiros em cerca de 16% e, consequente, redução do prazo médio de pagamento para 88 dias.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, informou de que os Deputados Municipais do Partido Social- Democrata iriam acompanhar o sentido de voto do Vereador, José Duarte Cabecinha, abstendo-se na votação, porque não acompanharam o exercício do ano de 2013.

A par disso, o parecer do Revisor Oficial de Contas referia que as contas estavam em conformidade com os princípios contabilísticos, pelo que não votavam nem a favor, nem contra as contas apresentadas, ressalvando que não votavam a favor, porque não acompanharam o seu exercício e, também, não podiam votar contra, porque não são responsáveis pelas mesmas. Realçou que iriam, obviamente, acompanhar o exercício de 2014.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal determinou que se passasse à apreciação e votação, tendo os documentos de Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2013 sido apreciados e votados, por maioria dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Falcão, de acordo com o disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Verificou-se que os documentos em apreciação acusavam na receita de € 9.441.816,49 (nove milhões quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e dezasseis euros e quarenta e nove cêntimos) e de despesa € 9.422.699,88 (nove milhões quatrocentos e vinte e dois mil seiscentos e noventa e nove euros e oitenta e oito cêntimos), acusando um saldo de € 80.458,69 (oitenta mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos). Em Operações de Tesouraria registou-se de entradas de fundos o valor de € 531.090,79 (quinhentos e trinta e um mil noventa euros e setenta e nove cêntimos) e com o saldo de € 139.306,09 (cento e trinta e nove mil trezentos e seis euros e nove cêntimos) perfaz a quantia de € 670.396,88 (seiscentos e setenta mil trezentos e noventa e seis euros e oitenta e oito cêntimos), de saídas registou-se um montante de € 541.669,09 (quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e nove euros e nove cêntimos), apresentando um saldo de € 128.727,79 (cento e vinte e oito mil setecentos e vinte e sete euros e setenta e nove cêntimos) e acusando a Conta de Documentos um saldo de € 80.458,69 (oitenta mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos).

Foi também presente o Relatório de Atividades e Gestão do ano findo, que, depois de devidamente apreciado, foi votado, por maioria dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Falcão.

Na sequência do Relatório de Atividades e Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2013, foi pela Câmara apresentada a seguinte proposta:

“Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

Reforço do Património;

Constituição ou Reforço de Reservas

Refere, ainda, o ponto 2.7.3.5 que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, para cumprimento dessa norma legal, a Câmara Municipal de Lagoa, propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 504.243,13 (quinhentos e quatro mil duzentos e quarenta e três euros e treze cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: € 25.212,16

Reservas Livres: € 398.115,03

Reforço do Património: € 80.915,94."

A Assembleia Municipal aprovou por maioria dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Hermano Rego, Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Falcão, a proposta de aplicação de Resultados Líquidos do Exercício de 2013, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3.1 do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Esta deliberação foi aprovada, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5º do Decreto - Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação, dada pelo Decreto - Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

PONTO N.º 3 – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2013 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, EM:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram presentes os seguintes documentos apresentados pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., referentes ao Exercício de 2013:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por natureza;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Mapa de alterações de Capital Próprio;
- Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Relatório do Conselho de Administração;
- Prestação de Contas das Portas da Lagoa S.A.;
- Certificação Legal das Contas;

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou de que gostaria de fazer pequenos considerandos, em relação à prestação de contas da Empresa Municipal de Lagoa.

Assim, como era do conhecimento público, a EML tinha sido dissolvida na sequência da deliberação daquela Assembleia Municipal, em fevereiro de 2013. Tinham sido e estavam a ser seguidos os procedimentos administrativos previstos na Lei, estando em curso o plano de liquidação da EML, com vista à sua extinção jurídica.

Informou, ainda, de que já tinha sido aberto concurso público, para admissão do pessoal afeto à Empresa Municipal e até ao próximo mês de agosto deveria ficar concluído, com a integração de todos os funcionários no quadro da Autarquia.

Acrescentou que, apesar daqueles contornos jurídicos e administrativos, a atividade da EML em 2013 tinha sido normal, tendo sido, de uma forma geral, cumpridos os objetivos definidos no Plano e Orçamento para 2013. Sublinhou que tinha sido registado em 2013 um acréscimo das vendas e prestações de serviços de 14%, devido ao aumento de dormidas na Pousada da Juventude, do novo investimento do Aquafit e nos ganhos registados no Complexo de Piscinas.

De seguida, mencionou que todo aquele ganho, ainda, tinha compensado uma redução no valor das rendas de cerca de 8%, dado que o valor da renda era calculado com base no valor do rendimento das famílias, sendo que, muitas delas recebiam o rendimento social de inserção e abonos de família. Para além disso, também, havia a questão do desemprego que tinha vindo colocar muitas delas em graves dificuldades económicas, através da redução do rendimento disponível, havendo, assim, uma redução da renda e um ligeiro aumento, embora residual, do valor em dívida das habitações.

Referiu, ainda, que a Câmara Municipal estava muito sensível às dificuldades das famílias, permitindo planos de pagamento, que, muitas vezes, iam para além do permitido em regulamento. Contudo, havia ocasiões em que tinham que exercer aquele direito, porque era dever do munícipe que recebia uma casa do Estado pagar uma renda pela mesma, mesmo que fosse de valor simbólico.

Seguidamente, sublinhou que a dívida de médio e longo prazo que tinha sido contraída para o financiamento da obra da Pousada da Juventude de Lagoa e da requalificação da Baixa D'Areia reduziu 2%, isto era 2,4M€.

No momento seguinte, destacou o conjunto de atividades com indicadores bastante positivos desenvolvidos pela EML e que integram o plano de atividades do Município. Assim, deixou uma palavra de apreço e reconhecimento pela competência demonstrada pelo, então, Conselho de Administração, que passou a Comissão Liquidatária na gestão da EML, cujos resultados são inquestionáveis.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 4 – RELATÓRIO E CONTAS DE 2013 – PORTAS DA LAGOA, S.A.:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, foram apresentados o Relatório e Contas de 2013 da Sociedade Anónima, Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A., acompanhado dos respetivos anexos e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou de que o Relatório e Contas de 2013 das Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, SA - espelhavam, de forma clara e objetiva, a situação económica e financeira da empresa e as atividades desenvolvidas, no ano transato.

Como era do conhecimento público, aquela sociedade tinha sido constituída com o objetivo principal de desenvolver o Tecnoparque.

Posteriormente, destacou, com satisfação, a conclusão do primeiro edifício do Nonagon – Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, que, muito em breve, iria receber as primeiras empresas de base tecnológica.

Sublinhou que em setembro foram assinados dois contratos, com vista à instalação no Tecnoparque de dois importantes empreendimentos. O primeiro, com o Hospital Privado São Lucas, destinado à construção de uma Unidade Hospitalar e uma Unidade de Cuidados Continuados. O segundo, com a IsoPor-Isótopos, para Diagnóstico e Terapêutica SA, destinado a uma Unidade de Prestação de Cuidados de Saúde, com recursos a métodos e técnicas próprias da medicina nuclear. Ambos os investimentos implicariam um investimento superior a 30ME€, mas esperava que pudessem ser concretizados, ainda, naquele mandato autárquico, inserindo-se, assim, na estratégia de promoção do Tecnoparque e, constituindo, simultaneamente, um estímulo ao contínuo desenvolvimento da cidade e do concelho.

Posteriormente, mencionou que houve a necessidade de se proceder à alteração do Plano de Pormenor do Pombal, que já se encontrava concluído e os dois projetos estavam a aguardar a aprovação do novo Quadro Comunitário de apoio. Salientou, também, que a autarquia se encontrava a trabalhar no projeto da habitação, nomeadamente num *dossier* endereçado às empresas de construção civil, para averiguar se, após a entrada em funcionamento do primeiro edifício, existiam condições objetivas para avançar com a construção de habitações, nomeadamente apartamentos, pois no concelho não existiam muitos apartamentos disponíveis para venda.

A estratégia pensada pelo executivo passava pela isenção de algumas taxas do IMI e a venda de terrenos a preços competitivos, de modo a serem criadas condições para executar habitações com qualidade e que pudessem ser adquiridas por casais jovens.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 5 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2014:

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, conforme proposta cuja teor abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação da Receita:

06030601 – IFAP (ASDEPR - Prorural) – 4.000,00€;

10030705 – IFAP (ASDEPR - Prorural) – 211.400,00€;

Saldo da gerência anterior: 80.458,00€:

160101 – Na posse do Serviço – 71.893,00€;

160103 – Na posse do serviço – consignado – 8.565,00€;

Reforços:

Despesas Correntes:

010210 – Trabalho noturno – 400,00€;

02010201 – Gasolina – 2.500,00€;

02010802 – Consumos de secretaria – 6.000,00€;

020117 – Ferramentas e utensílios – 2.000,00€;

020214 – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria Lagoa – 19.500,00€;

02022003 – Trabalhos Tipográficos – 5.000,00€;

040602 - Outras transferências – Segurança social – 20.000,00€;

Despesas de Capital:

07010602 – Material de transporte – Outro – 40.000,00€;

07010307 – Edifícios – Outros – 64.393,00€;

07010406 – Instalações desportivas e recreativas – 60.000,00€;

070107 – Equipamento de informática – 21.000,00€;

07011002 – Equipamento básico – Outro – 21.000,00€;

070306 – Outros bens de domínio público – 8.565,00€;

08050202 – Freguesias – 25.500,00€.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que a presente Revisão Orçamental previa duas componentes de receita: o saldo da gerência do ano de 2013 e uma verba de 215.000,00€, afeta ao programa PRORURAL, a qual, brevemente, estaria disponível.

Assim, face à tipologia dos projetos que eram elegíveis, tinham sido incluídas novas ações, a saber, a construção de espaços cobertos nas escolas D. Manuel Medeiros Guerreiro, Professor Octávio Gomes Filipe e Tavares Canário; a instalação de uma rede pública de acesso sem fios na Praça Nossa Senhora da Graça, Parque Tecnológico, Praça Nossa Senhora do Rosário, Complexo Municipal de Piscinas, Pousada da Juventude de Lagoa, Praça D. Amélia, Praça da República Portuguesa, zona envolvente ao Convento dos Frades, Jardim de Água de Pau, Zona balnear da Caloura e Centro Comunitário da Ribeira Chã; instalação de dois parques infantis nas freguesias de Água de Pau e Cabouco, remodelação dos polidesportivos das freguesias do Rosário e Água de Pau, com a colocação de piso sintético, aquisição de um autocarro com lotação de 17 lugares para reforço da frota automóvel.

Acrescentou, ainda, que a comparticipação tinha aumentado de 60% para 85% e, em junho de 2015, deveriam ficar todos os projetos aprovados.

Foi pela Senhora Presidente da Assembleia posta à votação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade.

1.º Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 295.858,00 (duzentos e noventa e cinco mil oitocentos e cinquenta e oito euros) na receita e despesa total, sendo € 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos euros) de despesas correntes e € 240.458,00 (duzentos e quarenta mil quatrocentos e cinquenta e oito euros) de despesa de capital, de acordo com o que preconiza a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 ,de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar, em minuta, esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2013, da isenção do pagamento de taxas para a ocupação do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero, pelos estabelecimentos do setor automóvel com sede no Concelho de

Lagoa, urge definir regras para essa mesma ocupação, de forma a regular e disciplinar o uso deste benefício.

Assim, proponho que se adite ao atual ponto n.º 11 do art.º 6.º da Tabela de Taxas e Licenças, as seguintes condições:

11. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2014, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas, previsto no ponto 8 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.

Só é permitida a ocupação do espaço de domínio público para o fim supra referido nos locais abaixo discriminados e com um número máximo de viaturas:

Freguesia de Água de Pau:

Junto ao Polivalente 2 viaturas

Freguesia de Santa Cruz:

Parque de estacionamento da Av. Poças Falcão2 viaturas;

Parque de estacionamento no Largo Nossa Senhora da Estrela2 viaturas;

Freguesia do Rosário:

Av. Eng.º Luís Alberto Meirelles Martins Mota2 viaturas;

Parque de estacionamento em frente à Pousada da Juventude2 viaturas;

Parque de estacionamento na Rua Ag. Técnico João Mota Amaral (CTT).....2 viaturas;

Parque de estacionamento na Rua da Cidade de Newbedford (Piscinas) 1 viatura;

Praça Nossa Senhora da Graça3 viaturas.

A ocupação do espaço não poderá exceder os 30 dias seguidos, sendo que a sua renovação só será concedida após um intervalo de igual período.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que o objetivo daquela alteração era para disciplinar a ocupação do solo com viaturas automóveis.

A Deputada Municipal, Helena Furtado, referiu que o Grupo Parlamentar do PSD absteve-se na votação da proposta, que tinha sido presente na sessão daquela Assembleia Municipal, de 30 de dezembro do ano transato, por a mesma não incluir todo o comércio tradicional. Na ocasião o Senhor Presidente da Câmara informou de que a mesma iria ser avaliada, já que era uma questão pertinente e que iria entrar em contato com o Nelag. Assim sendo, questionou se a situação já tinha sido solucionada.

O Senhor Presidente da Câmara informou de que, ainda, não tinha tido oportunidade de analisar a situação, dado que aquela era complexa e que, provavelmente, na sessão de junho ou setembro, o assunto seria presente àquela Assembleia Municipal. Relativamente ao assunto

em deliberação naquela sessão, achava importante regular os termos da isenção, de modo a que não ocorressem dúvidas na autorização da ocupação dos referidos espaços.

A Deputada Municipal, Helena Furtado, informou de que, face à explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata ficaria a aguardar pela referida alteração.

O Deputado Municipal, Frederico Sousa, referiu que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aceitava e aprovava qualquer medida que viesse a beneficiar, naquela altura, o comércio, o que parecia pertinente uma avaliação e fiscalização cuidada sobre aquela medida, uma vez que interferia com os locais de estacionamento, que no concelho de Lagoa eram escassos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Rui Meneses, Helena Furtado, Sónia Câmara, Paulo Reis, Jorge França e Adriana Falcão.

1.º Aprovar a proposta de alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DO CONCELHO DE LAGOA-AÇORES:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“As políticas públicas dirigidas à juventude assumem nos dias de hoje uma transversalidade indiscutível. O estabelecimento de um diálogo permanente com os cidadãos acarreta incontestáveis vantagens para as instituições públicas, estimulando mecanismos de democracia participativa e aberta a todos, pelo que importa assegurar a criação de um fórum que privilegie o diálogo com os jovens no município de Lagoa.

Considerando, o regime de enquadramento das políticas de juventude na Região Autónoma dos Açores, plasmado no Decreto Legislativo Regional n.º 18/2008/A, de 7 de julho; é relevante a participação dos jovens na vida política, social, económica e cultural da Região mas para garantir e fomentar essa participação, é necessário coordenar com os municípios da Região o estabelecimento de medidas permanentes a favor dos jovens;

Considerando que, as autarquias locais, atento o princípio da subsidiariedade consubstanciado numa relação de proximidade com as populações, são as pessoas coletivas da administração pública que se encontram melhor posicionadas para criar e desenvolver as condições necessárias para uma efetiva participação dos cidadãos e dos jovens, em particular na gestão das políticas do município;

Considerando que, para que as políticas municipais de juventude se revelem ainda mais eficazes e correspondem aos anseios dos jovens, é essencial que se apurem, de forma participada, quais as dificuldades e aspirações dos mesmos.

Considerando que, importa assegurar a criação de um fórum privilegiado de diálogo com os jovens do município de Lagoa;

Considerando que, o concelho de Lagoa apresenta uma grande percentagem de jovens na sua população.

Proponho a criação do Conselho Municipal da Juventude do Concelho de Lagoa e do seu respetivo regulamento de acordo com as diretrizes do Decreto Legislativo Regional n.º 41/2012/A - Regime jurídico dos conselhos municipais de juventude para os municípios da Região Autónoma dos Açores.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou de que o presente regulamento surgiu face à publicação da legislação sobre aquela matéria, em 2012. No entanto, só naquele ano tinha havido condições de proceder à sua elaboração.

O presente regulamento tinha por objeto a participação dos jovens nos destinos do concelho e surgiu a par do Regulamento da Educação e de Segurança, que já se encontravam em funcionamento, realçando que, em breve, seria elaborado o Regulamento do Conselho Municipal da Saúde.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, questionou se o regulamento, em causa, seria para aprovar, ou, apenas, para proceder à indicação de membros, tendo o Senhor Presidente informado de que era para proceder à sua aprovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

1.º Aprovar o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude do Concelho de Lagoa-Açores

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES DE ARRENDAMENTO SOCIAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social, que abaixo se transcreve:

“A Constituição Portuguesa consagra no seu art.º 65.º o direito de todos os cidadãos a uma habitação adequada e exige do Estado a definição e execução de uma política de habitação que garanta a efetividade daquele direito.

A habitação é, sem dúvida, a expressão mais visível da condição social das populações. A erradicação das barracas e o realojamento das populações em habitações condignas tem sido, nos últimos anos, uma das prioridades do Município de Lagoa, bem como, a recuperação do parque habitacional e a criação de equipamentos de utilização coletiva potenciadores de uma integração social de populações até então estigmatizadas.

Tão importante como construir mais habitações, é necessário construir melhores habitações, sem esquecer a reabilitação de conjuntos e prédios habitacionais, a dotação do parque mais antigo com os indispensáveis requisitos funcionais e de conforto e a conservação regular dos edifícios. Ora isto só será possível através de uma gestão patrimonial eficiente, que produza as receitas necessárias para a manutenção e melhoramentos dos agrupamentos habitacionais, através da implementação de medidas estruturantes que compatibilizem os objetivos da justiça e os apoios sociais com a responsabilização pessoal e comunitária.

Pretende-se uma uniformização dos critérios com vista a moralizar um sistema, em muitos casos, desvirtuado na sua génese, procurando-se, com uma gestão eficiente dos recursos existentes, disponibilizar habitações para os que mais necessitam, impedindo o perpetuar de situações injustas e lesivas dos interesses dos verdadeiramente carenciados. Por outro lado, permite, de forma clara, o conhecimento e interiorização dos direitos e deveres que assistem aos arrendatários de habitações sociais municipais com vista ao exercício dos seus direitos de cidadania.

Considerando que, o presente regulamento visa, deste modo, clarificar os/as arrendatários/as relativamente aos hábitos e rotinas, de bem aproveitar e dar uso à habitação que lhe foi atribuída, clarificando as suas obrigações, nomeadamente na manutenção e/ou execução de obras que visam as melhorias no interior das habitações;

Considerando que, a atribuição de uma habitação não esgota o campo de atuação e responsabilidade do município, um longo e contínuo trabalho é realizado com os munícipes na adaptação à nova habitação, no enraizamento ao local e no melhoramento das suas competências pessoais e sociais, em articulação com as diferentes instituições que integram a rede social do concelho;

E que este trabalho só é possível através de uma intervenção de proximidade junto da população, como tem vindo a ser o compromisso do Município;

Proponho a aprovação deste regulamento na esteira da Portaria n.º 288/83, de 17 de março relativamente à fixação da prestação pessoal de renda, do Decreto-Lei n.º166/93, de 7 de maio que institui o regime de renda apoiada.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou de que a aquela alteração tinha por objetivo uma atualização dos critérios e clarificação dos direitos e deveres dos arrendatários. Com a sua aprovação a Autarquia ficaria munida de todos os instrumentos não só para ser mais eficiente, mas também para exigir mais responsabilidades, por parte dos arrendatários.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

1.º Aprovar a proposta de alteração do Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – REGULAMENTO DO COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Sobre o ponto em apreço, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que o mesmo não seria votado naquela sessão, conforme e-mail enviado a todos os Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 10 – PROPOSTA DO PLANO DE EMERGÊNCIA DO CONCELHO DE LAGOA-AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Plano de Emergência do Concelho de Lagoa - Açores, a qual foi publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 43, de 3 de março de 2014, ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo terminado o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões sobre a referida proposta, sem que dele tivessem resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou de que se tratava da segunda vez que era presente à Assembleia Municipal o Plano de Emergência do concelho.

A primeira versão, tinha sido elaborada com o apoio de uma estagiária naquela área, que na altura prestou serviços na Autarquia, tendo sido devolvido pelo Serviço Regional de Proteção Civil, com uma série de considerandos.

Assim, a presente versão tinha sido elaborada com o apoio de um gabinete externo à Autarquia, pelo que julgava que o mesmo reunia todas as condições para ser aprovado. No caso de aprovação, por parte daquela Assembleia Municipal, seria enviado para homologação ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores

Acrescentou que as grandes alterações prendiam-se com as adaptações à Lei Base da Proteção Civil, pelo que não existiam grandes alterações. Assim, a Câmara Municipal ficava com o Plano de Emergência, de acordo com a legislação, julgando que, apenas, quatro Autarquias da Região Autónoma dos Açores já possuíam aquele plano aprovado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

1.º Aprovar a proposta do Plano de Emergência do Concelho de Lagoa - Açores, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO CONFINANTES COM A VIA PÚBLICA – ATALHADA - ROSÁRIO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de desafetação de duas parcelas de terreno, confinantes com a via pública, sitas à Atalhada, freguesia do Rosário, para posterior alienação, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- O Senhor Álvaro Teves Franco de Lemos, na qualidade de Gestor de Negócios dos Filhos: Maria Luísa Oliveira Franco de Lemos Raposo; Simão Pedro Oliveira Franco de Lemos e Álvaro de Oliveira Franco de Lemos, procedeu à construção de um muro divisório confinante com a via pública, no prédio rústico sito na Rocha Quebrada, lugar de Atalhada, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, inscrito sob o artigo 42, Secção M, da freguesia do Rosário;
- A construção do referido muro foi efetuado em área pertença ao domínio público municipal; tendo sido ocupada a área de, aproximadamente, de 90m²;
- Maria Luísa Oliveira Franco de Lemos Raposo; Simão Pedro Oliveira Franco de Lemos e Álvaro de Oliveira Franco de Lemos, são também proprietários de um prédio rústico com o artigo 44,

Secção M, contíguo ao prédio acima identificado, e pretendem também fazer no prédio um muro divisório com a via pública no alinhamento do prédio anterior, que, para tal, terá de ocupar a área de, aproximadamente, 16m²;

- Para se proceder à legalização do acima transcrito, torna-se necessário adquirem ao Município de Lagoa, 2 parcelas de terreno, as quais se encontram integradas no domínio público municipal, para posteriormente serem afetas ao domínio privado dos ditos senhores.

- As áreas que terão que ser alienadas serão:

a) Área para ser integrada no artigo 42-M, será de 90m² x 20€ = 1.800,00 euros;

b) Área para ser integrada no artigo 44-M, será de 16m² x 20,00€ = 320,00 euros, que perfaz o montante de 2.120,00 euros;

- Ficará a cargo dos compradores o pagamento da Escritura e respetivos registos, IMT e Imposto de Selo.

- Nestes termos, proponho, ao abrigo do disposto nas alíneas g) e ccc) do n.º1, do artigo 33º e alínea q) do n.º1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 2 de setembro que se delibere:

1- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, autorização de desafetação do domínio público municipal para as afetar ao domínio privado do Município, de modo a permitir a sua posterior alienação, nos termos supra expostos, das seguintes parcelas de terreno:

a) 90 m² de terreno, sito à Rocha Quebrada, lugar de Atalhada, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte e Nascente – Os proprietários, Sul – Caminho e a Poente – Manuel Cabral do Couto, no valor de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros);

b) 16 m² de terreno, sito à Rocha Quebrada, lugar de Atalhada, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte e Poente – Os proprietários, Sul – Caminho e a Nascente – Albano Botelho dos Santos, no valor de 320,00€ (trezentos e vinte euros).”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que se tratava de acerto de extremas em relação ao passeio. O proprietário tinha mostrado interesse em comprar, a Câmara Municipal tinha aceitado a proposta, referindo ser receita que entraria para a Autarquia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade.

1.º Aprovar a desafetação do domínio público municipal para as afetar ao domínio privado do Município, de modo a permitir a sua posterior alienação, nos termos supra expostos, das seguintes parcelas de terreno:

a) 90 m² de terreno, sito à Rocha Quebrada, lugar de Atalhada, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte e Nascente – Os proprietários, Sul – Caminho e a Poente – Manuel Cabral do Couto, no valor de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros);

b) 16 m2 de terreno, sito à Rocha Quebrada, lugar de Atalhada, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que ficará a confrontar a Norte e Poente – Os proprietários, Sul – Caminho e a Nascente – Albano Botelho dos Santos, no valor de 320,00€ (trezentos e vinte euros) resultante da avaliação efetuada pelos Serviços Camarários, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

2.º Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 12 – OUTROS ASSUNTOS:

Não se observou nenhum assunto.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a descentralização da próxima sessão da Assembleia Municipal para as Juntas de Freguesia, a começar já, no mês de junho, pelo que, ficaria a aguardar por alguma proposta.

O Deputado Municipal, José Fernando Costa, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, manifestou a sua disponibilidade em acolher a reunião daquele Órgão, na freguesia de Água de Pau, no edifício da Junta de Freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio, no sentido de propor que, atendendo a que a próxima sessão estava agendada para o próximo mês de junho, na data em que se festejavam as festas de Santo António, na freguesia de Santa Cruz, a mesma se realizasse na sede daquela Junta de Freguesia.

A Deputada Municipal, Adriana Rebelo, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, manifestou a sua satisfação em acolher a próxima sessão da Assembleia Municipal, na freguesia de Santa Cruz.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal sublinhou que face ao interesse manifestado, por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, uma das próximas sessões daquele Órgão deliberativo teria lugar naquela freguesia.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e quarenta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
